

ESCOLA DE GESTÃO COMUNITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB
dannymedeiro@hotmail.com

Resumo: O artigo analisa o processo de transformação social iniciado no extremo sul da Bahia, a partir da experiência de educação popular realizado pela Escola de Gestão Comunitária da organização não-governamental Gerando Vida. O foco de estudo é identificar de forma horizontalizada as normas sociais presentes na realidade social e as falhas na efetividade dos direitos sociais para se compreender os intercâmbios de conhecimentos e saberes que possibilitaram o fortalecimento da cidadania, da participação social e mudanças concretas na comunidade.

Palavras- Chave: cidadania, participação social, direitos sociais.

Introdução

O Brasil celebra na Constituição Federal de 1988 (CF) fundamentos como a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, I e II), e como objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária, além de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art.3º, I e III). Tendo tais preceitos como base para a construção da realidade que se pretende estabelecer mister se faz analisar a problemática da efetividade dos direitos sociais no país e as estratégias possíveis para enfrentar seus entraves.

Para tanto, é no fortalecimento da soberania popular (art.1º, § unc, da CF) e na horizontalidade dos espaços democráticos que se propõe caminhar para concretização dos direitos sociais. Neste sentido, a participação social, formal e/ou informal, com foco em referências e lideranças comunitárias, ajudaria na identificação das normas sociais fundamentadas na desigualdade social, presentes nos territórios periféricos, e na multiplicação de novos saberes construídos em processos participativos e democráticos, com fim de possibilitar novas bases de convivência social.

O objetivo do presente trabalho é analisar no caso concreto como a ausência de políticas públicas que garantam a satisfação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, *in verbis*: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, propicia espaço aberto para a construção de normas sociais fundamentadas na desigualdade social, que influenciam formas de agir e pensar, como o trabalho infantil, o aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas, gravidez na adolescência e casamento infantil, entre outros, e como a superação de tais realidades se torna possível com a criação de espaços participativos e a capacitação de agentes locais de transformação que atuem para o desenvolvimento local.

A metodologia da pesquisa será a pesquisa qualitativa de delineamento bibliográfico¹ e documental², com consulta de livros, periódicos, dados estatísticos oficiais, e do estudo de caso³ com dados institucionais da ONG Gerando Vida no período de 2013 a 2016, com atuação na cidade de Eunápolis, extremo sul da Bahia. O método da pesquisa é baseado em uma teoria fundamentada que se embasam em dados e produzem conhecimentos, aumentam a compreensão e propõe um guia significativo para ação⁴.

Alecrim II - a presença de normas sociais fundamentadas na violência

O universo da pesquisa localiza-se no bairro periférico do Alecrim II, na cidade de Eunápolis, extremo sul da Bahia. A intervenção social inicia-se no ano de 2013 através da ação de

¹ A pesquisa bibliográfica é feita a partir de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e *web sites*” (Matos e Lerche, p.40) sobre o tema a ser analisado.

² A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (Matos e Lerche, p.40).

³ O caso individual não empresta validade à generalização, mas orienta sua formulação e verificação; proporciona significado e não verdade (Kaplan, p.124)

⁴ “Lo más probable es que la teoría derivada de los datos se parezca más con la “realidad” que la teoría derivada de unir una serie de conceptos basados en experiencias o solo especulando (cómo piensa uno que las cosas debieran funcionar). Debido a que las teorías fundamentadas se basan en los datos, es más posible que generen conocimientos, aumenten la comprensión y proporcionen un guía significativa para la acción. (Strauss, 2012, p.14).

uma liderança comunitária, Glycia Gonçalves⁵, com um número de 30 (trinta) crianças no desenvolvimento de atividades de reforço escolar em sua própria residência. A instituição Ong Gerando Vida foi convidada a oferecer capacitação técnica e estruturação ao projeto ainda incipiente a partir de agosto de 2014, com foco na promoção da infância (CF art.227), com atividades de incentivo à leitura e cultura. O ponto de destaque da narrativa é o processo pelo qual a comunidade passa através da criação de um espaço participativo que possibilitou o acesso aos direitos, a capacitação e o fortalecimento de suas lideranças para ações e intervenções que possibilitaram melhora na qualidade de vida da comunidade.

O retrato do território⁶ se compõe por moradias precárias e pessoas com baixa escolaridade e poder aquisitivo, o bairro Alecrim II é um espaço social marginalizado e associado à violência. A economia informal é forte principalmente através de mercados e lojas acoplados às moradias. A mobilidade urbana é realizada por uma linha de ônibus que liga o bairro ao centro da cidade e lotações informais e moto-táxi. No campo familiar, casos de violência contra a mulher, abusos sexuais e violência física contra crianças e adolescentes, casamento infantil, por exemplo, são noticiados pelos participantes do projeto social. Existem aproximadamente (30) trinta instituições religiosas protestantes com predomínio da ala neopentecostal, uma igreja católica e pouca representação de religiões de matriz africana. No meio comunitário, as crianças tem o hábito de brincar na rua, local de livre acesso às drogas, aliciamento infanto-juvenil para o tráfico de drogas, trabalho infantil. A solidariedade entre as pessoas se verifica principalmente no empréstimo de

⁵ Antes de iniciada a iniciativa, a liderança teve a oportunidade de conhecer a sede da instituição no Rio de Janeiro nos anos de 2011 e 2012. Nesta ocasião, seus três filhos participaram de atividades educacionais e culturais na organização. Esta experiência gerou o desejo de multiplicar os conhecimentos na Bahia.

⁶ É preciso reconhecer que há uma dimensão da realização da vida em sociedade que nos coloca face às diferenças: o território. Espaço-tempo demarcado pelas intenções e ações humanas, o território é recurso e abrigo que exterioriza a existência individual e coletiva. A sociedade ao se apropriar e fazer uso de um território compartilha o domínio das condições de produção e reprodução social da vida, promovendo a construção de laços que se definem pela apropriação e usadas condições objetivas, como também dos investimentos simbólicos, estéticos, éticos que revelam o sentido da própria sociedade instituída. Por Jorge Luiz Barbosa. Diretor do Observatório de Favelas. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor pela Universidade de Barcelona (Espanha). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado e pós-graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: Políticas de Segurança e Direitos Humanos: Enfocando a Primeira Infância, Infância e Adolescência. Rede Nacional Primeira Infância (Secretaria Executiva RNPI - Avante Educação e Mobilização Social. Biênio 2011-2012)1ª Ed.2014. Pag. 24. Disponível em: file:///C:/Users/terminal05/Downloads/Políticas%20de%20seguranca%20e%20direitos%20da%20infancia.pdf

insumos materiais entre as famílias e no cuidado com as crianças. O poder público se apresenta a partir de escolas de ensino fundamental, creche⁷ e pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

É importante ter presente que uma porcentagem muito alta – e variável – da população da América Latina se encontra vivendo em assentamentos, vilas ou favelas, cuja propriedade e serviços são irregulares; em situações onde as leis e normas dificilmente são aplicáveis, ao menos na forma global e integral. Nestes lugares com escassa presença do Estado, dos governos centrais e locais, e de serviços, se tem ainda mais necessidade de plantear fórmulas de convivência e resolução de conflitos que se adaptem a essas realidades, que valorem seus recursos de conflitos que se adaptem a essas realidades, que valorem seus recursos, criatividade e culturas locais. Que possam fazer o que a Justiça, as polícias, serviços e governos não podem: estabelecer formas de relacionarem-se baseadas em suas próprias capacidades e acordos⁸.

A violência atinge historicamente as comunidades periféricas⁹ de forma ampla, seja pela violência institucional¹⁰ realizada pelos serviços públicos presentes ou sua má qualidade, ou mesmo a falta do aparelhamento público nos territórios, somados a outros tipos de violações como o trabalho infantil, exploração sexual infanto-juvenil, violência doméstica, entre tantos. Mas o que chama atenção são os altos índices de letalidade que atinge principalmente estas localidades.

⁷ A estrutura já estava concluída desde o ano de 2014 e apenas a partir de outubro de 2016 o espaço foi entregue a comunidade, fruto também das manifestações sociais ocorridas na localidade.

⁸ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU-HABITAT) en copublicación con Universidad Alberto Hurtado de Chile e Instituto de Estudios de la religión ISER. Impreso en Chile. 2014. p.46.

⁹ Entender toda a diversidade ambiental urbana que ocorre dentro de um mesmo município, bem como as sensíveis diferenças na provisão e qualidade dos serviços públicos para as regiões mais prósperas e para as localidades mais vulneráveis socioeconomicamente, é, portanto, um elemento crucial para instruir as políticas públicas, mormente no campo da segurança. Nota Técnica – Indicadores Multidimensionais da Educação e Homicídios dos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional Pela Redução de Homicídios. Nº 18. Brasília, maio de 2016, p.48.

¹⁰ Violência institucional é um tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas, etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. (Conselho Nacional de Justiça, 2017)

Compreender que a formação do ciclo que naturaliza a violência relaciona-se a uma estrutura social desigual e conseqüentemente, na ausência do Estado, a formação de um universo de livre acesso às drogas e prostituição, e que fazer uso desses recursos por crianças e adolescentes faz parte dos valores sociais desta coletividade foi o primeiro passo para delinear estratégias de intervenção social.

As trajetórias individuais seguem de maneira sequencial, desde o nascimento, como um conjunto de portas que se fecham ou se abrem. Compreender o processo de naturalização da violência que atinge milhares de crianças, adolescentes e jovens negros e de periferia transformando-os em marginais a serem abatidos é fundamental para que mudemos a forma de olhar a questão da criminalidade como caso de polícia e da justiça. É importante apontar a família, o Estado e a sociedade como co-responsáveis pelos fenômenos que se constroem socialmente. Um exemplo iluminador é descrito na Nota Técnica do IPEA- Indicadores Multidimensionais da Educação e Homicídios dos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional Pela Redução de Homicídios. n.18 (2016, p.10):

Por exemplo, a criança que nasce em um ambiente hostil, onde muitas vezes impera o desamor e a violência doméstica, terá maiores chances de desenvolver problemas cognitivos e emocionais, como hiperatividade, comportamento agressivo, etc. Uma possível consequência desses transtornos comportamentais é o baixo aproveitamento escolar e o isolamento. Uma maneira do garoto reestabelecer sua autoestima (ainda que de maneira invertida) muitas vezes o leva a comportamentos transgressores e a se unir com pares também com comportamentos desviantes. O estreitamento dos elos de pertencimento e de reforço ao caráter identitário do grupo termina por potencializar as ações transgressoras e atos de delinquência. A esta altura, com muitas portas fechadas, a prática de pequenos delitos e crimes torna-se uma constante na vida do adolescente na proporção do esgarçamento do grau de concordância com os valores sociais estabelecidos. Em algum momento à frente o jovem termina sendo preso, o que acarretará inúmeras consequências, como: a perda esperada de capital humano (uma vez que a prisão pode afastar definitivamente o jovem da escola); o estigma, que o afastará de muitas boas relações humanas e da possibilidade de obter emprego no momento do seu retorno ao convívio social; e um maior aprendizado e estabelecimento de novas relações na escola do crime. Com muitas portas fechadas, na família, no convívio social, na escola e no mercado de trabalho, a única porta aberta será o mercado do crime, com a possibilidade de retornos financeiros e simbólicos rápidos. Nesse momento, o crime sempre valerá a pena. A não ser por questões idiossincráticas, como o amor à mãe, a uma namorada, ou a um filho, muito dificilmente esse jovem abdicará da transgressão. E pior, mais bem relacionado e formado na escola do crime, este indivíduo exercerá influência negativa sobre outros indivíduos.

É exatamente deste ciclo que a sociedade não consegue ou tem muitas dificuldades de se livrar: 1) ambiente hostil no seio familiar e comunitário; 2) ausência de políticas públicas ou má qualidade dos serviços; 3) influência negativa dos pares; 4) perda de capital humano. Trata-se de compreender a realidade não a partir de um recorte cartesiano¹¹, mas sim identificar os princípios que delineiam a organização social, o que chamaremos de normas sociais¹² fundamentadas na desigualdade social que desafiam todo o garantismo legal¹³ e encontram espaço propício para o aprisionamento do pensar e agir de muitas crianças e jovens nestas regiões periféricas, que tomam para si normas próprias que vão delinear a sua conduta. Tal força social pode ser mais bem compreendida como a definição de normas sociais por Kaline Machado, (2005 p. 50):

[...] a partir do momento em que o indivíduo se relaciona com um determinado grupo social, supõe-se que ele se submeteu a todas as regras estabelecidas por aquela coletividade. Logo, tal atitude condiciona o seu modo de pensar, agir e de se expor perante os demais membros.

Podemos compreender que em determinado grupo social as pessoas são levadas a seguir determinados padrões de conduta ou pensamento a partir da crença de que outras pessoas do grupo agem ou agiriam de determinada forma, e que de igual modo acredita-se que as pessoas do grupo em questão também esperam que tal padrão seja seguido por seus pares, Deste modo, surgem no seio social normas sociais a serem seguidas pelo grupo (Bichieri, 2016, p.76). A questão é que existem normas construídas com base na violência e as pessoas dão sentido as suas vida a partir destas estruturas que se constroem na ausência de condições dignas de vida. E esses valores são compartilhados em um processo de sociabilização que perpassa gerações e se naturaliza na vivência comunitária tendo como um dos instrumentos de exteriorização os dados estatísticos que revelam continuamente a permanência dos fenômenos já citados.

¹¹Dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quanto fosse possível e necessário para melhor resolvê-las (Descartes, 2001, p.23).

¹²[...] um padrão de comportamento tal que as pessoas têm uma preferência para seguir esse padrão quando acreditam que muitas das pessoas de sua rede de referência comportam-se desse jeito, muitas pessoas da sua rede de referência acham que pessoas como elas deveriam comportar-se desse jeito. (Bichieri,2016).

¹³Fala-se de direitos e garantias fundamentais presentes nos arts. 5º a 7º da Constituição Federal de 1988.

No caso da Bahia, este foi o retrato da realidade encontrada quando do início do projeto com recorte para o aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas e o trabalho infantil¹⁴. A partir de um amadurecimento institucional foi possível identificar essas as normas sociais presentes no território e delinear estratégias comunitárias para a resolução dos desafios.

O problema da efetividade dos direitos sociais:

Ora, não foi aleatoriamente que o discurso inicial pauta-se na presença das unidades sociais no território, ou seja, como a realidade se revela em sua construção antropológica. Neste ponto, o estudo se encaminha para a percepção da ausência das unidades sociais, ou seja, a falta de políticas públicas que deveriam efetivar os direitos sociais e consubstanciar a proteção à infância, todavia sua ausência, diga-se omissão, figura como um espaço aberto para se fortaleçam outros fatores reais de poder¹⁵.

No local estudado, a força da presença das normas sociais fundamentadas na desigualdade social é tão grande quanto a ausência de políticas públicas básicas que garantam a dignidade humana, com foco no direito das mulheres, na promoção à infância e oportunidades para juventude. A ausência de um corpo policial com diretrizes na segurança cidadã, de centros culturais, pavimentação nas ruas, espaços de cultura, por exemplo, somam-se a uma violência institucional quando o serviço presente não é ofertado com qualidade.

O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais¹⁶ do mundo. O Estado Democrático de Direito significa a exigência de reger-se por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais¹⁷. O Estado é responsável em ofertar serviços públicos que permitam a condições existenciais mínimas aos seus cidadãos e garantam a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, compreender

¹⁴ Estudo publicado sobre norma social e trabalho infantil na região. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/6481/pdf_388. Acesso: 15/08/2017

¹⁵ Os fatores reais do poder que regulam no seio de cada sociedade são essa força ativa e eficaz que informa todas as leis e instituições jurídicas da sociedade em apreço, determinando que não possam ser, em substância, a não ser tal como elas são. (Lassale, 1933, p.12).

¹⁶ O país ocupa o 79º lugar entre 188 nações no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em conta indicadores de educação, renda e saúde, mas despencou 19 posições na classificação correspondente à [diferença entre ricos e pobres](#), de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

¹⁷ Araújo, Danielle. Política Pública, Efetividade e Direitos Sociais. Revista Diké, XVI, 2017. p.412. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1573/1232>. Acesso em: 02/10/2017.

a problemática da efetividade de direitos torna-se fundamental no país. A efetividade seria a combinação da eficácia jurídica sinalizando aos agentes públicos sua aptidão para incidir com a eficácia social, sinal de que os agentes destinatários estão dispostos a cumprir e a fazer cumprir suas determinações. Torna-se então necessário a verificação e o estudo das normas sociais que permeiam tal fenômeno social, a fim de que haja melhor efetividade das garantias legislativas de direitos humanos e melhor eleição e elaboração de políticas públicas que atuem na garantia dos direitos tutelados pela lei, no sentido do fortalecimento de ações protetivas e garantidoras de direitos.

Este cenário de conflito entre normas legais e normas sociais revela uma pluralidade social que o Direito não consegue pacificar. Entender como estas forças se relacionam é o primeiro passo para se delinear instrumentos de intervenção democráticos e participativos que se estabeleçam a partir de diretrizes que privilegiem a horizontalidade das ações, a inclusão social e os saberes comunitários.

Assim, o que se propõe é o fomento e a criação de espaços participativos que possibilitem a horizontalidade da democracia e o fortalecimento da cidadania para a resolução de conflitos coletivos. É neste universo de construção de conhecimentos, aprendizagem e replicação que os grupos sociais são fortalecidos para coletivamente enfrentarem seus desafios, reparando violações de direitos e concomitantemente criando novas bases para a promoção e garantias fundamentais em seu espaço comunitário. O empoderamento dos grupos sociais exige conhecimento experimentado sobre os mecanismos e instrumentos de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos.¹⁸

Além disso, o intercâmbio de saberes baseados no pensamento ecológico que valoriza saberes e conhecimentos comunitários compreendendo o indivíduo como sujeito integral e fortalece agentes locais de transformação. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam a todos/as aqueles/las que integram processos participativos¹⁹. Todos precisam

¹⁸Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. 2008. p.44

¹⁹ Participação Social na Administração Pública Federal. IPEA. Projeto Apoio a Diálogos Setoriais União Européia-Brasil. Pg. 8-9.

se sentir parte no processo de aprendizagem para que se potencialize a multiplicação dos saberes em direitos humanos numa perspectiva local e que faça sentido para cada indivíduo e coletividade. São nessas atividades que acontece a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central.²⁰ Além disso, segundo Patemam (1992, p.41), a participação produziria maior integração social, na medida em que gera um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade.

Estudo de caso: Escola de gestão comunitária

O estudo de caso se localiza no terceiro setor, a Ong Gerando Vida²¹, em seu histórico de atuação no Estado do Rio de Janeiro e Bahia, desde o ano de 2008, visa congregar ações preventivas e protetivas em comunidades periféricas em parceria com família, setores do Estado, organismos internacionais e Universidade para a promoção da infância.

Os principais projetos desenvolvidos pela instituição são o Projeto Bebel²² (2013-2014), Projeto de Prevenção ao Tráfico de Pessoas na Praça da Bandeira²³ (2014), e Projeto Mais Nordeste (2013-2017), em que ações integradas foram realizadas para a resolução de problemas locais no centro do Rio de Janeiro, bairro de São Cristóvão e na cidade de Eunápolis, Bahia. A Escola de Gestão Comunitária²⁴ perpassa todos os projetos da instituição e a partir da maturação institucional algumas etapas foram sendo construídas e mapeadas a fim de se criar um guia de ação para futuras intervenções sociais.

²⁰ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. 2008. p.43

²¹ Fundada pela pesquisadora em 2008 para lutar contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos centros de prostituição de São Cristóvão, região central do Rio de Janeiro. Atua no Estado do Rio de Janeiro e Bahia. As principais atividades desenvolvidas são: Educação (incentivo à leitura, reforço escolar, cultura, profissionalização, alfabetização de adultos e empreendedorismo), Gênero (atividades de prevenção à exploração sexual e tráfico de pessoas, palestras informativas), Desenvolvimento Local (capacitação de lideranças comunitárias, palestras informativas).

²² Apresentação do projeto disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cee1hM40QI8>. Acesso: 15/08/2017

²³ Relato de experiência disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/projetos-de-prevencao/relato_gerandovida.pdf. Acesso em: 15/08/2017.

²⁴ A Escola de Gestão Comunitária é um espaço de intercâmbio em que os saberes e conhecimentos são utilizados para produzir melhor qualidade de vida para a comunidade. Tanto educadores e palestrantes como alunos são incentivados a compartilhar seus conhecimentos para a construção de saberes coletivos que impulsionem mudanças sociais concretas.

Os seguintes passos foram realizados: 1) Processo de reflexão institucional e comunitária para compreender o fenômeno social da exploração sexual infanto-juvenil e trabalho infantil como problema holístico e como uma norma social a ser superada. 2) Elaboração de projetos sociais participativos que tivessem por base a cooperação entre família, Estado e sociedade. 3) Formação de agentes locais de transformação para a multiplicação de saberes pautados em diretrizes humanitárias influenciando as futuras gerações de crianças e adolescentes.

No primeiro ponto, o processo de reflexão e problematização sobre a realidade social aconteceram na execução dos projetos, sistematização de dados, planejamento, desenvolvimento e monitoramento das atividades, bem como na produção dos instrumentos e produtos finais a partir de encontros participativos com uma equipe do núcleo de Psicologia da Universidade UNISUAM, constituída por quatro técnicos sob a coordenação da professora, Maria Angélica Gabriel; líderes comunitários e outros atores da sociedade civil e Estado. Foram nestes espaços que a instituição conseguiu observar de forma holística a presença de normas sociais que tornavam permissivas as condutas de exploração sexual e violência física infanto-juvenil, o trabalho infantil e o aliciamento de crianças pelo tráfico de drogas.

No segundo ponto, a instituição realizou mapeamento das demandas socioeconômicas²⁵ e dos recursos comunitários (comércio, culturas, saberes, presença de instituições governamentais e não-governamentais etc.), e também realizou parcerias externas através de redes comunitárias²⁶ e órgãos governamentais²⁷. Outras oficinas temáticas também foram realizadas com parceiros na área de prevenção ao tráfico de pessoas, trabalho infantil, cultura e leitura, direitos sociais,

²⁵Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/viewFile/294/399>

²⁶ A instituição participa de diferentes redes como Metrô RJ, Rede do Bem, ASPLANDE, Rede Grade Tijuca, Rede Sesc Tijuca, que são compostas por organizações públicas e privadas que desenvolvam projetos socioambientais.

²⁷ Centro de Referência de Assistência Social, Conselho Tutelar, OAB-RJ, Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro e outras ongs.

mediação de conflitos, desenvolvimento pessoal e profissional, buscando a alcançar a multiplicidade de um sujeito integral²⁸.

Na Bahia, quanto a temática do trabalho infantil, três eixos estratégicos foram delineados para enfrentar tal violação no bairro periférico do Alecrim II: 1. Formulação de políticas públicas e controle social: participação no Comitê Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil – COMETI, espaço composto por diferentes instituições públicas e privadas para a de formulação de políticas públicas e também de cobrança e controle de ações do Estado para a temática. 2. Desenvolvimento Local: a instituição oferece em parceria com o Ministério Público do Trabalho atividades destinadas a crianças e adolescentes na área de incentivo à educação (direito à educação – art.6º, art.205 da CF), leitura e cultura (art.59 ECA), e o acesso à profissionalização que possibilita a livre escolha profissional (art. 5º, inciso XIII da CF). 3. Capacitação de lideranças comunitárias: formação de agentes de transformação locais na temática de direitos humanos, a fim de fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente principalmente contra o aliciamento para o tráfico de drogas, o trabalho doméstico, trabalho em lixão e oficinas mecânicas²⁹.

O foco na capilaridade de atores está em se reconhecer o sujeito em sua complexidade e amplitude, compreender que uma transformação social só é possível quando pensada em nível de mudança antropológica. Neste sentido, necessário se faz uma rede integrada (educação, saúde, cultura, segurança, terceiro setor, instituições religiosas, por exemplo), que atue de forma horizontalizada e participativa, valorizando cada indivíduo e a coletividade no que tange a construção da sua história e ações no mundo da vida. De acordo com Gianella (2007, p.5), cada indivíduo constrói, ao longo da vida e graças à sua educação e suas vivências, as suas próprias estratégias de interpretação, conhecimento, avaliação e decisão, orientando-o para a ação.

²⁸“Superar a dicotomia razão e emoção nos direciona a uma visão colaborativa em que interesses, valores, visões de mundo arraigadas em cada sujeito são mobilizados para fins de inclusão e ampliação da cidadania”. GIANNELLA, Valéria. O nexa pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?. In: Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007. p.1

²⁹Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/6481/pdf_388. P.82

No terceiro ponto, para lideranças locais foram realizadas capacitações, palestras informativas e eventos externos, trocando experiências e formulando estratégias de ação para o enfrentamento dos problemas. Mas o que se evidencia é que o processo de transformação ultrapassa a noção de localização física dentro de um espaço e tempo, ela opera de forma dinâmica, nas novas relações sociais e trocas que se operam no dia-a-dia, uma educação popular que se propõe a partir da valorização dos atores locais e dos recursos comunitários em um ambiente livre para o intercâmbio de conhecimentos e valores, um espaço para se repensar bases de estruturação comunitária fundamentadas em diretrizes humanitárias e em uma cultura de paz.

Também observamos como a história de vida das pessoas é reveladora para a compreensão das normas sociais construídas na comunidade em estudo, e concomitantemente, um ponto forte para se pensar propostas internas de mudança social. Ao longo de pelo menos dois anos atividades de capacitação, com oficinas de acesso à direitos, além de atividades de desenvolvimento pessoal e profissional foram oferecidos com intuito de fortalecer e instrumentalizar ações no campo social. Uma das experiências mais reveladoras deste processo foi a manifestação³⁰ comunitária na rua principal do bairro Alecrim II, buscando melhores condições de vida para a população, resultando na criação da Associação de Moradores do bairro Alecrim II.

Alguns passos são importantes serem evidenciados neste processo: 1) a criação de espaços participativos que possibilitassem intercâmbio de conhecimentos e saberes, incluindo acesso à direitos; 2) autonomia dos agentes de desenvolvimento local, processo iniciado e executado de forma interna fortalecendo o capital social e o potencial multiplicador através de uma educação de pares; 3) ressignificação da realidade a partir de premissas humanitárias, processo de trocas a partir do sentido de direitos humanos multiculturais que reconhece a trajetória individual e coletiva em sua construção; 4) luta por direitos: lideranças instrumentalizadas para lutarem e buscarem seus direitos através da implementação dos direitos sociais.

³⁰ Ação noticiada em mídias sociais. Disponível em: <http://www.rota51.com/home/2015/09/25/moradores-do-alecrim-reclamam-do-abandono-sofrido-principalmente-pelo-vereador-eleito-pelo-bairro/Acesso:15/08/2017>.

As demandas levantadas foram publicitadas em espaços institucionais específicos como o Comitê Estadual de Proteção da Criança e do Adolescente, Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Rio de Janeiro e Bahia, e Comitê Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil em Eunápolis, para que junto a outros atores fosse possível se pensar em nível de políticas públicas estratégicas que impedissem a permanência das violações de direitos nessas localidades.

Conclusão

A importância de se evidenciar processos de transformação social em nível micro é conseguir enxergar novas estratégias de ação para problemas estruturais de nossa sociedade como a efetividade dos direitos sociais e a inclusão social. O fortalecimento e a valorização de lideranças sociais em locais periféricos pode ser um caminho para se alcançar uma numerosa população excluída e marginalizada no Brasil, compreendendo como se formam as normas sociais nestes territórios e quais caminhos são possíveis para se construir uma sociedade mais igualitária e justa.

Bibliografia

BICHERI, Cristina. Norms, conventions and the power of expectations. To appear in Philosophy of Social Science, N. Cartwright and E. Montuschi, eds., Oxford University Press. Feb 2013. Disponível em: https://sites.sas.upenn.edu/behav-ethics/files/pss_oxford_feb.2013.pdf. Acesso em: 31 Mar. 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

DESCARTES, RENÉ. Discurso do Método. Trad: Maria Ermantina Galvão, Ed. Martins: São Paulo, 2001.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei n. 8.069 de julho de 1990.

GIANNELLA, Valéria. O nexa pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?. In: Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007.

KAPLAN, Abraham. A conquista na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo: EDUSP, 1975.

LASSALE, Ferdinand. O que é uma Constituição? São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1933.

MACHADO, KalinePacífico de Brito. Normas Sociais e Normas Jurídicas: Uma abordagem Distintiva. Revista Olhares Plurais – Revista Eletrônica Multidisciplinar. vol. 1. nº 12. Ano 2015.

MATOS, L, S, L; VIEIRA. S, V. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

PATEMAM, Carole. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.p.41.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Bases de la investigación cualitativa: técnicas e procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Trad: Eva Zimmerman. Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, diciembre, 2002, p.14.